AS CONFIGURAÇÕES DE PODER EM UMA REDE DE COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA: ROTA DAS ESPECIARIAS – VIAMÃO/RS[1]

Shana Carolina Quos

RESUMO

O planejamento participativo, a participação solidária e a cidadania são imprescindíveis para se chegar ao objetivo e, não raramente, pode ser a razão do êxito ou do fracasso do processo de desenvolvimento sustentável do turismo nas localidades. Somente tendo o apoio da comunidade e respeitando todas as dimensões da sustentabilidade será possível resultar numa forma mais socialmente igualitária, politicamente correta e economicamente viável. A fim de instrumentar esta análise, optou-se pelo estudo de caso do projeto da Rede de Cooperação da Rota das Especiarias, localizado na comunidade do espigão, no Município de Viamão/RS.

Palavras - Chave: Turismo; Turismo de base local; Planejamento turístico; Políticas Públicas no Turismo.

ABSTRACT

Participatory planning,solidarity-based participation and citizenship are essential to reach the goal and, not seldom, may, may be the reason for the success or failure of the process of sustainable development of tourism in some places. Solely with the community support and respecting all aspects of sustainability will be possible to achieve a more socially egalitarian, politically correct and economically viable way. To orchestrate this analysis, we chose the case study of the Spices Route Cooperation Network project located in the Espigão community, in the city of Viamão/RS.

Keyword: Tourism, Tourism locally based, planning for tourism; Public Policies in Tourism.

[1] O artigo foi adaptado do trabalho de conclusão de curso apresentado para banca examinadora do curso de Turismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

INTRODUÇÃO

O projeto de desenvolvimento turístico sustentável de Viamão/RS está completando 5 anos desde suas primeiras ações, em meados do ano de 2006 até hoje. Através do recorte do objeto de estudo da comunidade da Rota das Especiarias, que se localiza na região da Estrada do Espigão no município de Viamão no Rio Grande do Sul. Pretende-se aprofundar os conhecimentos a respeito das configurações de poder estabelecidos neste grupo de atores sociais, e a analisar as configurações de poder existentes na formação de uma rede de cooperação turística local.

O Turismo vem sendo reconhecido como uma forma de desenvolvimento social, devido seu caráter fenomenológico e as políticas públicas nacionais passaram a incentivar que o desenvolvimento aconteça de maneira endógena, respeitando os preceitos da sustentabilidade. As mudanças na sociedade, em razão dos efeitos da globalização, também recaem nos processos de planejamento e organização turística. Portanto, a mudança de paradigma de uma visão capitalista e individualista tende a se transformar em uma visão cooperativa e associativa para se alcançar o sucesso neste processo de desenvolvimento.

Na primeira parte deste artigo serão apresentados os conceitos de rede de cooperação, participação solidária e poder político. Estes conceitos irão embasar a análise dos fatos e características encontradas nas práticas dos atuais participantes da Rota das Especiarias e irá permear toda argumentação discorrida a seguir.

Após terem sidos esclarecidos os conceitos e as particularidades do estudo de caso, a segunda parte será destinada ao confronto dos dados e a reflexão aplicada a realidade dos personagens que participam do projeto da Rota das Especiarias em Viamão/RS.

Dentre os autores escolhidos para fundamentar este trabalho é possível destacar Beni, Castells, Demo, Gatal e Moesch, Guiddens e Boff, além dos documentos e manuais do Ministério do Turismo Brasileiro.

As considerações finais versam sobre as possibilidades de encaminhamentos dos problemas constatados no decorrer da pesquisa, bem como as possibilidades de direcionamento das potencialidades evidenciadas no processo de construção do

desenvolvimento turístico sustentável do projeto da rede de cooperação da Rota das Especiarias em Viamão/RS.

1 CONCEITUAÇÃO

1.1 REDE DE COOPERAÇÃO

Com as frenéticas mudanças comportamentais do homem e da sociedade em geral, algumas formas de organização empresarial e social passaram a surgir, cada vez mais, para suprirem as necessidades desta nova sociedade. Esta exige uma maior mobilidade e participação nos processos e nas ações, pois já não funciona mais sob o julgo das morosas burocracias que engessam estas ações e enfraquecem os processos e suas motivações.

Atualmente uma nova forma de desenvolvimento endógeno passa a ser uma constante em nosso dia-a-dia, pois, segundo a visão de Beni (2006b, p. 36),

> [...] visa atender as necessidades e demandas da população local por meio de participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em relação à posição do sistema produtivo local na divisão nacional ou internacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local, o que leva a diferentes caminhos de desenvolvimento, conforme as características e capacidades de cada economia e sociedades locais.

As redes de cooperação surgem como alternativas de alcançar o êxito através de uma organização coletiva que somam as forças existentes em busca de resultados positivos favoráveis a todos os envolvidos nestas redes. Elas fazem parte do chamado terceiro setor econômico. Compreende-se por primeiro setor, o governo o qual é responsável pelo mote social. O segundo setor compreende a iniciativa privada (mercado) sendo esta a responsável pelas questões de caráter individual.

Em razão dos problemas enfrentados sucessivamente pelo governo, a iniciativa privada passou a auxiliar nas questões sociais através das diversas instituições que formam o terceiro setor. Desta maneira, o terceiro setor constituiu-se de tipos de organizações que se originam da sociedade civil como: as organizações

sem fins lucrativos e não governamentais, as associações e as cooperativas, que tem como premissa a geração de serviços de caráter público.

Segundo Villasante (2002, p. 175),

> Para que um terceiro sistema possa criar alternativas de sociedade, novos valores, nova, cultura econômica, social e política, é necessário diferenciar tais construções a respeito das formas tradicionais em que vimos nos debatendo.

Na visão do Ministério do Turismo (2009, p. 81),

> Em um país com as dimensões territoriais e diferenças regionais como o Brasil, uma política nacional somente será bem sucedida se contar com o apoio nas várias instâncias da sociedade civil, seja no nível público, privado, ou do terceiro setor. Corresponsabilidade e compromissos são fundamentais.

O conceito de rede é amplo, pois pode ser aplicado a diferentes realidades como: a tecnologia, a comunicação, a economia e a sociedade, entre outras. Reforçando esta afirmação Musso (2004, p. 17) relata que: “Hoje, a noção de “rede” é onipresente, e mesmo onipotente, em todas as disciplinas [...]”.

Segundo ele,

> A idéia de rede existe na mitologia através do imaginário da tecelagem e do labirinto, e, na Antiguidade, a medicina de Hipócrates a associa definitivamente à metáfora do organismo em que “todas” as veias se comunicam e escoam de umas para as outras [...] (Ibidem, p.17).

Corrobora também que, “A rede aparece, no início, como uma forma observada ou imaginada na natureza enquanto “efeito em rede” identificável sobre ou dentro do corpo, como vínculo invisível dos lugares visíveis” (Ibidem, p. 21).

De acordo com Dias, “a palavra rede provém do latim retis e aparece no século XII para designar o conjunto de fios entrelaçados, linhas e nós” (DIAS; SILVEIRA, 2007, p. 14).

Os autores citam ainda que:

> A associação entre rede e o organismo atravessa toda a história das representações de rede, para designar tanto o corpo na sua totalidade –

> como organizador de fluxos ou de tecidos – quanto uma parte sua, notadamente o cérebro.

Para Castells (apud Dias e Silveira 2007, p.18),

> Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social.

Conforme o Ministério do Turismo (2008a, p.13), o conceito de rede é:

> [...] o conjunto de linhas de comunicação, interligadas de modo que uma mensagem recebida possa transitar por essas linhas, por esses canais de comunicação para que, partindo de um ponto de origem, chegue a seu destino.

Para o Ministério do Turismo (2008a, p.16) também pode ser "um modo de organização, constituída de elementos autônomos que, de forma horizontal, cooperam entre si".

Todas essas definições nos permitem depreender que uma rede precisa ter vários pontos relacionados e, para tanto, a capacidade de fazer conexões simultâneas concede a esta estrutura um alto poder de multiplicação e expansão.

Segundo o texto de Zapata e Zapata (2006, p. 71),

> A ampliação do Capital Social na cadeia do turismo envolverá um processo de construção pedagógica, como é na maioria dos outros setores produtivos. A confiança – pressuposto para a cooperação e ponto de partida para a construção do capital social – não se impõe. Se conquista. Não depende de pessoas ou instituições individuais, mas uma ambiência social propicia que deve ser construída gradativamente. No Brasil, esta não será uma tarefa fácil, porque exigirá mudanças profundas na natureza das relações criadas – e enraizadas – entre os atores estratégicos que participa na cadeia do turismo.

Com efeito, a real compreensão e aplicação dos conceitos de rede e cooperação serão melhor entendidos se também estiverem claros os conceitos de participação, solidariedade, cidadania e poder. Uma vez que os atores envolvidos no processo de desenvolvimento do Turismo na localidade compreendam esses conceitos, os obstáculos que ameaçam a integridade de organizações, como as

redes de cooperação, poderão ser transpostos com maior eficácia, evitando que o processo de desenvolvimento seja maculado e interfira em sua confiabilidade.

1.2 PARTICIPAÇÃO SOLIDÁRIA

A participação e a solidariedade estão indissociavelmente relacionadas às organizações como às redes de cooperação.

Como citado anteriormente, seja em qual for a aplicação do conceito de rede, ela é um organismo que é constituído por elos e conexões que se intercomunicam para desempenhar uma atividade, portanto precisam ter e serem participativas.

Para Demo (2002b, p. 40),

> Relações de poder solidárias tendem a ser contradição nos termos, porque escondem mais a imbecilização do que história real. Daí não segue a solidariedade em sociedade seja impossível. Muito ao contrário, sugere-se apenas que a solidariedade, quando crítica e sobre tudo autocrítica, sabe discernir efeitos de poder.

Para o autor, a solidariedade agregada às relações concede uma característica ponderadora para o processo, pois será um tipo de instrumento que auxilie no discernimento dos efeitos e das relações de poder, que, mesmo velado, é concomitante a estas formas de organização.

Quanto à participação, devemos lembrar que, se somos os elos dessas redes, a participação é o meio pelo qual poderemos nos comunicar com os outros elos desse emaranhado de conexões. Guiddens (2005, p. 82) observa que “A Interação Social é o processo pelo qual agimos e reagimos em relação àqueles que estão ao nosso redor”.

Demo cita também que, “participar é o contrário da marginalidade ou exclusão, que significa ficar fora de algo, neste caso, do planejamento / execução do plano, programa, ou projeto” (DEMO, 1999).

No entanto, a forma de participação solidária não pode ser resumida a noções de igualdade, pois seu caráter é mais amplo e, conforme Demo (2002b, p. 103) “Igualitarismo não é igualdade. Significa outro modo de estruturação do poder no

grupo, assim como participação não é ausência de poder, mas outra forma de organizá-lo".

Beni (2006a, p. 39) comenta que:

> Vale destacar que o turismo é um eficiente meio para:
>
> 1) promover a difusão de informação sobre uma determinada região ou localidade, seus valores naturais, culturais e sociais;
> 2) abrir novas perspectivas sociais como resultado do desenvolvimento econômico cultural da região;
> 3) integrar socialmente, incrementar (em determinados casos) a consciência nacional;
> 4) desenvolver a criatividade em vários campos;
> 5) promover o sentimento de liberdade mediante a abertura ao mundo, estabelecendo ou entendendo os contatos culturais, estimulando o interesse pelas viagens turísticas.

Através de métodos de gestão participativa e solidária, o desenvolvimento turístico de uma localidade passa a ter uma força interna que movimentará o restante do sistema. Com a participação conjunta dos moradores, empresariado local, poder público e instituições de ensino, a decisão em busca de melhorias, tanto para os autóctones quanto para visitantes, resultará de uma participação representativa, pois envolverá se, não todos, boa parte dos envolvidos no processo de desenvolvimento turístico sustentável de base local.

Antes que os atores pratiquem sua participação é preciso sensibilizá-los, mobilizá-los para que compreendam o real significado da importância de sua participação efetiva no processo e, não mais orientá-los para tanto com justificativas vagas que não serão capazes de estimular o desejo pela participação.

Beni (2006b, p. 61) compreende que,

> Sendo a participação uma condição intrínseca e essencial para a mobilização é gerar e manter o vínculo entre projetos sociais e seus respectivos públicos, por intermédio de reconhecimento da existência e importância de cada um, bem como de compartilhamento de todos quanto aos sentidos e valores.

Também orienta sobre,

> A vinculação ideal dos públicos pretendida por todo e qualquer projeto de mobilização social encontra-se no nível de co-responsabilidade, para que os

> objetivos estabelecidos possam ser alcançados plenamente e de maneira duradoura. A co-responsabilidade existe quando o público age por sentir-se responsável e por acreditar no sucesso do projeto, entendendo sua participação como fundamental (Ibidem, p. 61).

E esclarece que,

> Mobilizar, portanto é convocar as vontades das pessoas que compõem o meio social para que o processo de execução de um projeto de desenvolvimento local conte com o engajamento necessário do maior número possível de membros da comunidade, a fim de, compartilhá-los e distribuí-los de modo que as pessoas sintam-se co-responsáveis por ele e passem a agir em conjunto com os demais atores na tentativa de realizá-lo. (Ibidem, p. 61).

Após os sujeitos envolvidos no processo terem sido sensibilizados, mobilizados e estimulados a participarem nas tomadas de decisão da organização, ainda será importante elucidar as características de cada papel a ser desenvolvido, dar informações de “quem faz o que”, deixar claro que mesmo sendo uma organização do gênero das redes de cooperação, existe uma distinção de papéis, não pelo mérito ou pela força ou importância, mas para melhor aproveitar as suas contribuições de uma forma não exploratória para ambos. Amenizando, assim, os danos ou insatisfações futuras que poderão prejudicar todo o sistema.

1.3 PODER POLÍTICO

As formas de poder de uma organização, seja a nível federal, regional, estadual, municipal ou local, são oriundos do formato de gestão escolhida pelos seus cidadãos. O poder político é um mecanismo de poder realizado pelo Estado, como governo e organismo político administrativo, que exerce seu poder para dar diretrizes norteadoras que devem ser seguidas por suas menores unidades de Estado, os municípios.

Para Guiddens(2005, p. 342) Estado é,

> O Governo refere-se à representação regular de políticas, decisões e assuntos de Estado por parte dos servidores que compõem um mecanismo político. A política diz respeito aos meios pelos quais o poder é utilizado para influenciar o alcance e o conteúdo das atividades governamentais. A

> esfera política pode ultrapassar em muito os limites do campo das próprias instituições do Estado.

Ainda, Guiddens diz que “O poder consiste na habilidade de os indivíduos ou grupos fazerem valer os próprios interesses ou as próprias preocupações, mesmo diante da resistência de outras pessoas” (Ibidem, p. 342).

Segundo Beni (2006a, p. 25),

> Ao Estado compete o investimento social não só na infra-estrutura de apoio à atividade, mas também na implantação de programas de turismo socializado, com o objetivo de facilitar o acesso ao turismo das classes menos favorecidas economicamente. Esse estrato da demanda somente poderá ser atendido e viabilizado sem objetivo de lucro e recuperação dos investimentos.

Com as concepções acima relacionadas pode-se refletir sobre o assunto e o sobrepor frente às formas que o poder político está assumindo atualmente. No turismo, o órgão máximo está representado pelo o Ministério do Turismo. Este é o responsável em gerir, incentivar, planejar e fiscalizar todas as etapas para o desenvolvimento do turismo sustentável no país.

Desde a criação do Mtur, em 2003, e com o surgimento de uma política pública de turismo, o Brasil passou a ter um poder político atuante, em sua totalidade, capaz de cumprir seu papel nesse processo de desenvolvimento.

A partir da escolha por um modelo de gestão descentralizada, com o Programa de Regionalização Turística, o Mtur começa a orientar os Estados e Municípios brasileiros a se organizarem como regiões turísticas para que, aliando suas similaridades e evidenciando suas particularidades, estas regiões tivessem força conjunta, sendo que o objetivo principal, para tanto, seria a diversificação da oferta turística brasileira. Com esta diversificação o país pode ter maior atratividade para turistas estrangeiros e receberá divisas internacionais para ser integrada ao capital nacional.

Sobre isso, Beni (2007, p. 144) destaca que “o pensamento estratégico é resultado do estímulo à visão sistêmica e global do mundo, com a necessidade de uma filtragem do que é bom e viável para a economia, para a sociedade e a cultura do País”.

Tendo essa visão como pano de fundo, o poder político pauta seu planejamento estratégico na divisão das responsabilidades, pois estimula que as regiões turísticas se administrem de maneira independente. Utilizando o Mtur como uma forma de consultoria, e concedendo-os o papel de protagonistas nas decisões das comunidades sobre seus destinos quanto ao Turismo na localidade.

Beni (2006b, p. 73) informa que,

> O "empoderamento" pode ser abordado e interpretado sob diversas perspectivas – até porque perpassa inúmeras disciplinas, utilizando a "psicologia individual, a antropologia, a ciência política e a economia" -, não se tratando apenas de um processo de emancipação individual, mas da aquisição de uma consciência coletiva de dependência social e da dominação política.

Ele relata também que,

> O empoderamento resulta não somente do fato de alcançar o poder sobre, mas pode ser também o desenvolvimento do poder para, do poder com ou do poder de dentro. Essas formas de poder não são finitas (com princípio e fim), mas podem crescer com o seu exercício; até porque um grupo, quando exerce tais poderes, não reduz necessariamente o poder dos outros (Ibidem, p. 75).

Portanto, o poder político precisa estar atento às tendências locais, para conseguir dar o suporte necessário às regiões. É necessário se que tenha a preocupação com a orientação dos atores sociais locais que podem não compreender exatamente o que essa desvinculação do poder político pretende. Existindo a possibilidade de as comunidades sentirem-se a quem do processo, por entenderem que toda a orientação deste deva ser feito de forma horizontal devido à cultura de um Estado paternalista.

Segundo Leonardo Boff (BOFF in MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008b, p. 97), "poder não se define, se exerce". Ele ainda diferencia três formas de poder:

> 1 - O poder-mão-fechada. É o poder autoritário, concentrado numa única mão, fechado, por isso, não participativo e excludente. Coloca sob censura opiniões divergentes, pune contestações, desconfia dos cidadãos [...]
> 2 - O poder-mão-estendida. É o poder paternalista. O detentor de poder delega poder a outros, sob a condição de manter o controle e a hegemonia. A mão estendida é para dar tapinhas nas costas facilitando a adesão [...]

> 3 - Poder-mão-entrelaçada. É o poder participativo e solidário, representado pelas mãos que se entrelaçam para se reforçarem entre si e assumirem juntas a corresponsabilidade social [...]. (Ibidem, p. 97).

A partir da reflexão de Boff pode-se perceber qual a forma que o poder público se enquadra e qual destas está disseminando.

Para Demo (2002a, p. 23),

> Em sua dinâmica, por outra, o poder é manhoso, não se mostra ostensivamente, atua nas entrelinhas e gretas, gosta de ser informal. Como bem mostra certa sociologia, o poder mais efetivo geralmente não é o ostensivo, ou aquele que vale legalmente, mas aquele que age nos bastidores, de modo imperceptível.

O poder político é o norteador de todos os outros, mas, não é menos ou mais importante do que os demais. Para que se alcance o desenvolvimento turístico sustentável local é imprescindível que ele seja pró-ativo e trabalhe em sinergia com as outras forças implicadas neste processo.

2 A MUDANÇA DE PARADIGMA

Após a passagem de aproximadamente 3 anos do início do processo do desenvolvimento turístico sustentável do município de Viamão/RS e da concepção do produto turístico da Rota das Especiarias, hoje, este processo encontra-se em andamento, pois, mesmo com o passar desse tempo ainda não foi alcançado uma total mudança de paradigma. Depois da realização da etapa de sensibilização da comunidade, atualmente os participantes já possuem certa consciência a respeito das dificuldades e dos benefícios que este tipo de processo de desenvolvimento turístico resulta.

Embora já exista esta compreensão, os atores envolvidos sofrem com a falta de continuidade das ações e dos processos. O que pode ser resultado de um entendimento equivocado ou incipiente dos conceitos relacionados à participação solidária, sobre o poder político e também sobre o real significado de uma rede de cooperação.

Segundo Gastal e Moesch (2007, p. 67), “o pressuposto foi que o desencadeamento do desenvolvimento local exige uma mudança de paradigma na ação do poder público frente às políticas que envolvem o Turismo na cidade”.

Para que o comportamento dos participantes tanto da sociedade civil, quanto do poder público e da iniciativa privada local passe por essa metamorfose é necessário que as ações do processo continuem a estimular a sinergia entre eles, pois não se alcançou um envolvimento total destes participantes, sendo possível encontrar pessoas que se sentem não integradas ao grupo, mesmo estando presentes nas ações do mesmo. Os motivos para tanto podem ser de distâncias territoriais, de falta de comunicação e, talvez, até por uma falta de atenção aos detalhes, em razão do processo não ter passado por uma reflexão interna capaz de discutir sobre alguns pontos fundamentais que podem resultar em um escape de objetivos e de desmotivação.

Associado a estes fatos, pode-se relacionar a falta de interesse do poder público local que somente tem desenvolvido o papel de se fazer presente, praticamente, em todos os momentos deste processo, mas que não praticou sua efetiva participação, pois se exime de suas responsabilidades respaldando-se em argumentos frágeis que não dão conta de explicar a sua inércia na participação e no envolvimento de ações que requerem sua aplicação.

Em contraponto a isso, também existe certa acomodação de alguns participantes que atribuem sua falta de ação à inércia do poder público local ou à dificuldade de adequação do calendário acadêmico da PUCRS em relação ao tempo de execução das ações do planejamento inicial da Rota das Especiarias.

Mesmo que se tenha o entendimento de que os resultados deste processo de desenvolvimento turístico não sejam obtidos em prazo pré-determinado, é possível perceber que a etapa de divulgação e comercialização do produto turístico da Rota das Especiarias não recebe a devida atenção. Esse fato tem esmorecido as ações de investimentos nas propriedades, de certo modo pelo aspecto do retorno financeiro, mas muito em razão de os proprietários entenderem que seu produto não chega à demanda.

Os objetivos deste trabalho buscam evidenciar os benefícios das redes de cooperação e da visão de associativismo para o turismo local, assim como, de

encontrar metodologias que possibilitem à transformação desse comportamento e a maior identificação dos participantes com este modelo.

Os benefícios das redes de cooperação e da visão de associativismo já podem ser observados no comportamento dos participantes que atualmente tem uma relação um pouco menos dependente do sujeito reprodutor, a PUCRS. Estes conseguem mobilizar-se para algo sem que a iniciativa venha da universidade. Ainda recorrem à PUCRS como uma consultora, pois não estão seguros e nem possuem o amadurecimento suficiente para caminharem sozinhos.

Eles se identificam como o grupo da Rota das Especiarias, e isso lhes concede uma ligação através do entendimento de que este produto maior deve ser zelado. Alguns dos entrevistados mencionaram que suas atitudes individuais precisam ser mais cuidadosas, pois não irão impactar somente sobre o nome de uma ou outra propriedade, mas sim na credibilidade do roteiro turístico Rota das Especiarias.

Essa identificação também lhes dá um poder de articulação que os movimenta em razão de algum objetivo comum. Desta articulação e movimentação surgi alguns líderes que dão andamento ao processo, mas essa liderança não é negativa porque é compreendida como uma representação do grupo que mantém seu poder nas decisões coletivas.

Como o efeito da mudança de comportamento dos participantes, percebemos que o planejamento e as ações do grupo estão passando, aos poucos, a serem administrados por eles, mas ainda requer uma forma de acompanhamento pela PUCRS que está cumprindo seu papel de instrumentar o grupo dos participantes da rede de cooperação da Rota das Especiarias e, com isso, vai se afastando e “empoderando” o grupo de proprietários da Rota das Especiarias.

2.1 RELAÇÕES SUBJETIVAS IMPACTANTES NO PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO LOCAL

As relações de poder podem ser subjetivas e, por vezes, parecer encobertas por outras características dos sujeitos e dos processos.

As questões levantadas neste artigo implicaram na influência histórica da comunidade de Viamão/RS, na composição da auto-estima local e na interferência na forma de administração do município, as quais poderiam ser impactantes no processo de desenvolvimento turístico de Viamão/RS.

Após a análise das entrevistas constata-se que as características da configuração histórica de ocupação do território no município realmente foi um obstáculo inicial, mas está sendo, paulatinamente, superado em função de os atores terem sido envolvidos através de sua participação em todas as etapas já realizadas deste processo de desenvolvimento turístico local. Para que essa dificuldade seja resolvida, o processo precisa seguir o seu ritmo e, mesmo que este ritmo seja diferente do comum, ele necessita ser respeitado e trabalhado de maneira endógena para que se torne concreto.

Este passo irá incidir também na recuperação da auto-estima individual e da localidade, por se tratar de uma questão de interpretação da imagem e do imaginário, tanto de cada um dos personagens, assim como do município de Viamão/RS. Com o fortalecimento da auto-estima através do incentivo ao conhecimento e a cidadania, pela participação solidária no Turismo local, a formação do indivíduo será também reestruturada.

Para Demo (2002, p. 255),

> Tanto no conhecimento quanto na cidadania, podemos reconhecer como energia substancial a capacidade de revolta, confronto, superação. Há revoltas inócuas, pretensiosas e prepotentes, utópicas. Mas há aquela que persistem em mudanças profundas viabilizadas tanto pela capacidade de análise e planejamento das ações quanto pela competência coletiva bem organizada.

E conforme Gastal e Moesch (2007, p. 49),

> Para garantir o envolvimento da comunidade nesse processo de desenvolvimento deve haver uma gestão turística que identifique, mobilize e arregimente os agentes institucionais e atores sociais, as lideranças comunitárias, políticas e empresariais da região.

Portanto, as configurações de poder e as relações estabelecidas entre elas no ambiente da Rota das Especiarias pode ser um diferencial para as causas do

sucesso ou do fracasso do processo de desenvolvimento turístico sustentável de Viamão/RS. Tanto as políticas públicas como as práticas existentes necessitam de uma adequação em suas posturas frente às transformações de tempo, espaço e das características dos personagens, sejam eles coadjuvantes ou de destaque, mas que merecem ser observadas na construção deste processo.

Além destes aspectos, também existem as dificuldades que vem da postura do poder público local que não exprime clareza sobre a sua direção e não tem optado em colocar o desenvolvimento local, através do turismo, no lugar que lhe é de direito.

Essa falta de compreensão ou indefinição do poder público Viamonense engessa o processo de desenvolvimento turístico sustentável local, pois este requer uma efetiva participação de todos os atores envolvidos e isso não isenta o poder político local de assumir suas responsabilidades como instância de governança municipal.

Como resultado de todas essas dificuldades, o processo de desenvolvimento turístico sustentável de Viamão/RS encontra-se adormecido em função da falta de articulação juntamente com uma participação não efetiva de seus componentes, por isso, o passo seguinte não está sendo dado. A estruturação e organização das propriedades da Rota das Especiarias dispõem de um potencial para receber os turistas e visitantes, mesmo que insuficientes, essas adaptações já foram ou estão sendo realizadas. Após essa fase, a etapa de divulgação e comercialização do produto turístico deveria ser potencializada a fim de incentivar a demanda e fortalecer sua identificação com a localidade e, em conseqüência deste fato, os primeiros efeitos da aceitação deste produto seriam sentidos.

Em razão dessa fase inerte, os atores envolvidos sentem falta de continuidade e podem começar a se desmotivar com este processo. Essa desmotivação desequilibra esse jogo de poderes e de interesses, que deve estar em constante movimentação e integração para que se alcance o desenvolvimento turístico sustentável da localidade.

A participação efetiva de todos os envolvidos é essencial para alcançar os objetivos das comunidades relacionadas neste processo. O respeito às dimensões da sustentabilidade que são premissas da política pública nacional de Turismo

resultarão então em uma boa relação entre a comunidade receptora e os turistas que poderão vivenciar o Turismo e tudo mais que lhes for pertinente, como um fenômeno social e não mais somente como uma atividade econômica.

CONCLUSÃO

Em conclusão à análise do tema deste artigo, foi possível compreender que as configurações de poder existentes em um determinado grupo devem ser observadas e incorporadas no processo de planejamento turístico. A realidade estabelecida no grupo de participantes da Rota das Especiarias em Viamão/RS possui características únicas e que são fundamentais para a concretização do desenvolvimento turístico e social da comunidade da região do Espigão.

Mesmo tendo passado pela fase de sensibilização dos atores e, embora, não possuam a consciência e o amadurecimento essencial para que sejam gestores deste processo, eles ainda dependem de uma relação com a PUCRS a qual está sendo a responsável pela mobilização e articulação entre todos os atores envolvidos neste processo.

Foi possível perceber que os primeiros efeitos do planejamento turístico participativo já estão tendo resultado. É quase unânime a avaliação dos participantes quanto a este processo. Eles estão satisfeitos neste quesito e já desenvolveram certo sentimento de pertencimento e identificação com o projeto. Eles referem-se a si próprios como uma organização de grupo, na qual surgem algumas lideranças, e que são aceitas como representações, pois todas as decisões são tomadas somente após passar por discussão em grupo.

No entanto, eles ainda não compreendem que precisam ter um relacionamento mais coeso e que busque captar mais parceiros. Foi possível perceber certa visão individualista da parte de alguns personagens, mas que, aos poucos está se transformando em visão coletiva que objetiva o sucesso do grupo. Mesmo em algumas expressões de individualismos é constante o pensamento de que, no futuro, o grupo estará fortalecido.

Eles necessitam de objetivos comuns e bem estabelecidos, mas também estão buscando suas realizações individuas para somarem-se ao grupo da rede de cooperação da Rota das Especiarias.

Quanto o envolvimento e a participação da iniciativa privada e dos moradores locais, sugerimos uma fase para uniformizar e concretizar as bases teóricas e práticas destes colaboradores, sendo que sua realização poderá ser feita paralelamente ao restante do planejamento do grupo.

No entanto, a postura do poder público local que atualmente demonstra-se inativo, possui certa falta de vontade política e de seus gestores, pois mantém uma relação superficial com os demais participantes da rede de cooperação proposta. Se essa atitude permanecer, isso poderá ser um ponto crucial para fragilizar o processo do desenvolvimento turístico, devido à instância de governança local se eximir de suas responsabilidades em razão das suas praticas não elegerem o turismo como um fomentador para o desenvolvimento sustentável do município de Viamão/RS.

Entretanto, mesmo com o andamento do planejamento inicial, com a sensibilização, identificação e o comprometimento, a fase de divulgação e comercialização do produto turístico da Rota das Especiarias ainda não é suficiente e preocupa os integrantes deste processo. Estes querem sentir uma movimentação real, não tanto pelo lucro, mas sim pelo retorno de seus investimentos a partir da credibilidade da demanda neste produto.

Como contribuição final deste artigo sugere-se, primeiramente, uma etapa de avaliação interna para diagnosticar possíveis falhas ou inadequações do processo, com a finalidade de (re) projetar estes pontos e seguir com os demais. Sugere-se, também, que seja dado mais atenção à divulgação e comercialização do produto, pois, caso contrário, esta falha pode ser um fator desmotivador de todo o processo de desenvolvimento turístico sustentável do projeto da rede de cooperação da Rota das Especiarias.

REFERÊNCIAS

[1] BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do Turismo. 11 ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006a.

[2] _____. Política e planejamento de turismo no Brasil. São Paulo: Aleph, 2006b.

[3] DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

[4] _____. Politicidade: razão humana. Campinas: Papirus, 2002a.

[5] _____. Solidariedade como efeito de poder. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2002b.

[6] DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima. Redes, sociedade e território. 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

[7] GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka Martini. Turismo, políticas públicas e cidadania. São Paulo: Aleph, 2007.

[8] GUIDDENS, Anthony. Sociologia. Trad. de Sandra Regina Netz. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

[9] MINISTÉRIO DO TURISMO. Programa de qualificação à distância para o desenvolvimento do turismo: formação de gestores das políticas do turismo. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2009.

[10] _____. Programa de qualificação à distância para o desenvolvimento do turismo: turismo e sustentabilidade: formação de redes e ação municipal para a regionalização do turismo. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2008a.

[11] _____. Programa de qualificação à distância para o desenvolvimento do turismo: sensibilização, mobilização, institucionalização da instância de governança regional. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2008b.

[12]_____. Turismo Social: diálogos do Turismo: uma viagem de inclusão. Rio de Janeiro: IBAM, 2006.

[13] VILLASANTE, Tomás R. Redes e alternativas: estratégias e estilos criativos na complexidade social. Trad. de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Petrópolis: Vozes, 2002.